

TERRITÓRIO, TERRA E FRONTEIRA: UMA GEOGRAFIA HISTÓRICA A LUZ DA COMPOSIÇÃO POLÍTICO-TERRITORIAL DO BRASIL

TIERRA, TERRITORIO Y FRONTERA: UNA GEOGRAFIA HISTÓRICA LA LUZ DE LA COMPOSICIÓN Y POLÍTICA TERRITORIAL DE BRASIL

Maico Diego Machado¹

RESUMO: A formação do território Nacional passa por momentos históricos que cravam marcas no espaço e no tempo. Um território marcado por momentos de entrada de novas formas de ocupação e exploração. Suas fronteiras internas são rompidas ao responder pelas demandas externas de um país continente tido como um “lugar do fazer”. Neste texto apresentamos um movimento pendular na história da ocupação e desenvolvimento do Brasil, onde, a partir de uma análise histórico-geográfica, vamos apresentar argumentos que comprovam a tese de que estas três categorias de análise geográfica (território, fronteira e terra), possuem papel fundamental para a compreensão da formação do território nacional. A relação entre território, terra e fronteira será nossa seara para uma reflexão sobre a organização do território nacional no transcorrer de sua história. Nosso principal desafio é que o “Estado” nada mais é do que uma organização composta por indivíduos e agentes que, em sua grande maioria, servem ao capital, ou mesmo, são o próprio capital. Nossa fronteira para eles é recurso, já para aqueles que aqui denominamos de *obstáculos*, é abrigo. Abrigar não é o objetivo do capital, talvez seja *obrigar*, ou melhor, *sujeitar*.

PALAVRAS-CHAVE: Estado, território, capital, fronteira, terra

RESUMEN: La formación del territorio nacional atraviesa momentos históricos que dejan marcas en el espacio y el tiempo. Un territorio marcado por momentos de entrada de nuevas formas de ocupación y explotación. Sus fronteras interiores se rompen para dar cuenta de las demandas externas de un país continente considerado como un "lugar de hacer." En este artículo se presenta un movimiento pendular de la historia de la ocupación y el desarrollo de Brasil, donde, a partir de un análisis histórico y geográfico, se presentan argumentos que confirman la tesis de que estas tres categorías de análisis geográfico

¹ Geógrafo e Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Unicamp. Professor da rede privada de ensino.

(territorio, las fronteras y la tierra) tienen papel clave en la comprensión de la formación del territorio nacional. La relación entre territorio y frontera terrestre será nuestra cosecha para una reflexión sobre la organización del territorio nacional en el curso de su historia. Nuestro principal reto es que el "estado" no es más que una organización compuesta por individuos y agentes que, en su mayor parte, sirven lo capital, o incluso, son o el capital. Nuestra frontera para ellos es de recursos, como para los que aquí llaman los obstáculos, es bajo. Bienvenida no es la meta de la capital, puede requerir, o mejor dicho tema.

PALABRAS-CLAVE: Estado, territorio, ciudad capital, tierra de frontera

INTRODUÇÃO

A relação entre fronteira e terra, na formação e conhecimento sobre o território nacional é algo contínuo na história do Brasil. Conhecimento este que significa o avanço da ocupação de um modo de habitar e consumir o espaço² em detrimento de outro (s) que são subjugados, dizimados e extintos. No momento da chegada, aqui, dos europeus e seus interesses, esta fronteira se resumia a linha de costa, com o avanço de suas instalações, esta fronteira passa a migrar em direção ao interior do continente, fato que, até mesmo, definiu os limites do que hoje é conhecido como Território Nacional Brasileiro, isso porque a fronteira nada mais é do que a reprodução das relações do centro, da metrópole com sua interlândia. Sobre este território também se realizam as ideologias. Construções ideológicas legitimam, historicamente, a ocupação e exploração dos lugares no Brasil, ou mesmo a ocupação e exploração do próprio Brasil.

Objetivamos neste texto, a partir de uma metodologia de investigação histórico-geográfica, apresentar argumentos que auxiliem no entendimento sobre o processo de formação do território brasileiro tendo como linha de observação as mudanças ocorridas nas fronteiras internas, na dinâmica de distribuição e domínio sobre as terras e das relações estabelecidas entre este território, seu interior e os agentes externos.

O DISCURSO, O DOMÍNIO E AS RELAÇÕES DE PODER NO TERRITÓRIO COLONIAL

²Este habitar e consumir são conceitos ligados à cultura de exploração herdada da invasão lusitana.

O discurso ideológico justifica as qualificações dos lugares e soma na formação de diferenciações sobre os espaços. Um exemplo desta qualificação é o Sertão Brasileiro. Espaço pejorativamente qualificado como sinônimo de baixa qualidade de vida, um “lugar ruim”. Um ponto fora da curva, um anti exemplo das benéficas do capital, ou da Capital, um espaço não inserido na cadeia de consumo, seja qual for sua faceta³. Também sinônimo de atraso e, portanto, passível e necessitado de modernização. Modernização que significa a inserção de objetos técnicos e técnicas, ambos carregados de intencionalidades que vão implicar em uma mudança, que assume um caráter violento.

Este discurso passa por todo contexto histórico desta terra “onde se plantando tudo dá”⁴. Portugueses que aqui chegaram se utilizaram de discursos e objetos técnicos, para projetar/introjetar nos nativos/”gentios” (MONTEIRO, 2013), então chamados de *Índios*, que aqui viviam uma intencionalidade que acarretaria em uma profunda mudança. A necessidade dos europeus em encontrar outras formas para ampliação da reprodução de seus modos de vida também é parte deste discurso que, demandava a cada dia, maiores inovações e formas de consumo, e um “apêndice” para seu mercado externo seria fundamental (SZMRECSÁNYI, 1990). Uma busca que nada mais significa do que a reprodução da metrópole em todos os seus sentidos.

Toda sociedade para se reproduzir cria formas, mais ou menos duráveis, na superfície terrestre, daí sua condição de processo universal. Formas que obedecem a um dado ordenamento sociopolítico do grupo que as constrói, que respondem funcionalmente a uma sociedade vigente a qual regula também o uso do espaço e dos recursos nele contidos, definindo os seus modos próprios de apropriação da natureza (MORAES, 2005, p. 41).

Estes sentidos estão fundamentalmente marcados pelo sistema comercial. Era preciso definir a forma de ação sobre as novas terras, definir como e o que de fato seria aproveitado para benefício da Metrópole Lusitana. Estas definições acontecem sem perder de vista a principal forma de geração de riqueza vivenciada pela Europa, o comércio (capitalismo mercantil). Não se pode perder de vista o contexto em que Portugal estava inserido dentro do mercado Europeu, e que sua

³Podendo ser consumo dos espaços, das coisas, das paisagens, do tempo etc.

⁴A ideia de se montar um país de exportação agrícola. O uso do território se dá pelo capital e as contradições espaciais fica a cargo de uma resolução social estatal.

chegada à colônia em questão se dá pela busca de novas rotas comerciais e não por um encontro casual: "A colonização foi de fato um desdobramento da expansão comercial" (NOVAIS, 1983, p. 110). O capitalismo mercantilista foi o principal impulsionador do processo de busca de novas terras para exploração. Encontradas foi preciso teorizar sobre elas o seu papel no desenvolvimento dos Estados Europeus, pois, "a colonização é consequência lógica da conquista e sua prática acompanha a formação histórica dos impérios, desde a mais remota antiguidade" (MONTEIRO, 2013, p. 246).

O colonialismo mercantilista, em suma, tinha como principal objetivo uma produção interna de baixo custo, aliado a uma tomada dos recursos metálicos "moedáveis"⁵ para utilização no mercado Europeu. "Os colonizadores que aqui foram se estabelecendo vieram não para refazer suas vidas nos moldes vigentes em seus países de origem, mas fazer fortuna" (SZMRECSÁNYI, 1990).

Deste modo, as colônias foram as fiadoras dos negócios das metrópoles, garantindo também sua "autossuficiência", permitindo ao colonizador vantagens competitivas em relação a seus concorrentes. O fato de a metrópole submeter à colônia as suas necessidades traz impactos diretos na forma de ocupação do espaço colonial, assim como modificações na organização das estruturas já implantadas.

Instrumentalizar a ocupação do território da colônia era uma demanda à metrópole portuguesa. Surge neste contexto o projeto das Sesmarias. Estas terras eram repassadas a pessoas de confiança da Coroa e que, principalmente, dispunham de recursos para se alocarem e passarem a produzir sobre a terra. Esta produção demandava mão de obra, preferencialmente, a mais barata possível obrigando a Coroa a buscar em terras também conquistadas no Continente Africano os recursos necessários para suprir a demanda dos sesmeiros (ANDRADE, 1993).

Já citamos que o capitalismo mercantil se apresentava como o organizador das ações dos Estados⁶ que se lançavam ao mar na busca por novas terras e fontes de riqueza. Novais (1983, p. 68) nos aponta uma definição sobre este assunto, destacando o sentido da colonização: "a colonização moderna, tem uma natureza

⁵ Moedáveis eram os metais considerados de potencial para serem transformados em moedas de troca, tais como ouro e prata.

⁶ Cabe ressaltar que este é um período de formação dos Estados Nacionais, onde Portugal e Espanha são os primeiros a se formar.

essencialmente comercial: produzir para o mercado externo, fornecer produtos tropicais e metais nobres á economia europeia".

Estas demandas se apresentam como necessidade de conhecimento sobre o espaço, um avanço sobre as terras que não eram exploradas, alterando a fronteira e o uso das terras. As necessidades da metrópole incidem diretamente sobre a fronteira de exploração da colônia. No início do século XVIII as necessidades estavam fundamentalmente ligadas ao desenvolvimento de um capitalismo industrial, assim como cita Novais (1983, p. 112):

Ora, promovendo a primitiva acumulação capitalista nas economias centrais europeias, o funcionamento do sistema colonial se comporta, como já vimos, como um instrumento fundamental (embora não único, evidentemente: há que considerar fatores internos do desenvolvimento capitalista na Europa), a promover a ultrapassagem para o capitalismo industrial.

Um sistema colonial, esta é a denominação para a forma encontrada pelo capital para financiar sua passagem a um estágio superior, a industrialização (NOVAIS, 1983).

Submetida a esta lógica temos aqui uma colônia portuguesa completamente extravertida, onde todas as possibilidades de exploração de produtos tropicais eram aproveitadas e as fronteiras internas rompidas, mesmo que isso significasse o extermínio de *nativos* ou sua expulsão em direção ao interior do continente. Portanto, podemos afirmar que também as "fronteiras dos nativos" eram rompidas por movimentos de violência. Ao romperem as suas fronteiras, eles entravam em confronto com seus "rivais" pela disputa de novas territorialidades (PUNTONI, 2002).

Aquela primeira fronteira, a linha de costa foi rompida, mas os principais centros de povoamento ali se localizavam, nas entranças do relevo, em função da necessidade de pontos de atracamento para embarcações, ou seja, entrepostos com a metrópole (PRADO JUNIOR, 1965). Explorar as terras em direção ao interior era uma necessidade produtiva que estava associada à criação de uma infraestrutura de escoamento da produção em direção aos portos organizados na costa.

A terra e as relações que se estabelecem sobre ela são fundamentais para se compreender as dinâmicas de organização do espaço intranacional. Historicamente esta dinâmica se altera sobre os espaços e temos marcas históricas bem definidas,

tanto no espaço urbano quanto rural. Para os primeiros momentos de ocupação das colônias, segundo Marx (1971), a relação com a propriedade da terra, impede que aconteça a formação de uma classe assalariada, assim como no mesmo período na Europa. Este momento europeu também é responsável pela opção escravocrata assumida nas colônias. Na colônia, a relação entre força de trabalho e terra, ainda não era entendida. A sua dissociação era algo a ser realizado (MARX, 1971). Para o capitalista, não basta somente manter a reprodução da força de trabalho, mas também a produção de uma massa de mão de obra sem posto de trabalho e, com isso a dependência social esta mantida dentro de uma margem de controle que dá ao capitalista a oportunidade de manutenção de seus lucros e quiçá, sua ampliação.

Apresentado este quadro geral do Brasil Colônia, a partir de uma revisão teórico-conceitual, apresentaremos uma reflexão acerca desta relação histórica até aqui exposta. Objetivamos aqui um entendimento da relação histórico-espacial entre Território, Fronteira e Terra enquanto atributos fundamentais para analisarmos a formação e desenvolvimento do que hoje é o território Nacional. Os espaços produzidos internamente são resposta das necessidades de produção e consumo demandadas pelo sistema econômico vigente e, este é visível no Brasil e em quase todo o mundo, o capitalismo e seus ajustes espaciais (HARVEY, 2013). Tal sistema não prega a fixidez em espaço e tempo, sua reprodução é dinâmica e consome os espaços em razão do tempo. Vamos aqui fazer um esforço teórico sobre esta relação.

Portanto, o primeiro aspecto relevante de se reter diz respeito à própria história geográfica da constituição da economia-mundo capitalista, processo pluri-secular no qual a lógica e os interesses desse modo de produção vão se instalando nas diversas partes da Terra, submetendo e subordinando as formas de produção prevalecentes e criando novos fluxos e novos sistemas produtivos. Neste movimento – complexo, contínuo e múltiplo – a espacialidade própria do capitalismo vai se conformando na apropriação dos lugares, no ordenamento dos territórios, nos usos dos recursos naturais. Enfim, vai se explicitando uma nova lógica de relacionamento das sociedades com os seus espaços, a qual particulariza os processos sociais mencionados de interesse direto da investigação da geografia. (MORAES, 2011, p. 18).

O tempo, a história e o território são categorias que se sobrepõem ao espaço. Passemos então, na sequência, a uma incursão sobre o espaço do que vem a ser o

Brasil. Sua história, seus tempos serão fundamentais para a formação deste território.

O TEMPO, A HISTÓRIA E O TERRITÓRIO EM FORMAÇÃO

As palavras de Moraes (2011) que encerram o tópico anterior, de certo modo, resumem o que aqui colocamos como discussão principal, a formação histórica do território nacional e a movimentação de suas fronteiras internas que se dão pela condicionante do capital que, por sua vez, submete estes espaços a sua lógica e assim desarranja as organizações primitivas, ou de períodos anteriores, colocando-as em novas condições de arranjo, ou seja, cada etapa/segmento do tempo histórico é caracterizada por um padrão de ocupação e consumo do território variando em suas escalas internas, bem como nas suas escalas de relação com o externo.

O território também é uma variável importante na história do Brasil. Definamos então o que vem a ser este conceito:

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. Podemos, portanto, considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política. Uma vez que a distribuição territorial das várias formas de poder político se transformou profundamente ao longo da história, o território também serve como uma expressão dos relacionamentos entre tempo e política. (GOTTMANN, 2012, p. 523).

Conexão entre espaço e política, entre tempo e política, estas afirmações de Gottmann (2012) nos colocam frente à interpretação do território nacional onde política e espaço, variando no tempo, definem o que vem a ser o território. Os momentos históricos do Brasil são prova disso. Pau-brasil, cacau, borracha, ouro, cana de açúcar, café, produtos que implicam em alterações na organização interna do território nacional e nas relações entre os espaços/regiões. A terra e seus usos, nestes períodos também, têm modificações. Voltemos ao período colonial para algumas colocações.

A possibilidade de uma produção colonial livre, onde os antes escravizados passam a produzir para si mesmos, leva os capitalistas a sensação de perda da sua força, com isso, o argumento para uma política escravista e de obediência à metrópole vence, não por suas vantagens operacionais/produativas, e sim por sua agregação ao sistema capitalista. O grande temor dos donos dos meios de produção era o surgimento de muitos “capitalistas” na colônia, pois os mesmos tinham acesso à posse de grandes quantidades de terra, concedidas pela Coroa e, sua margem de lucro era elevada, era preciso manter uma burguesia concentrada. "O sistema introduzido pela colonização consagrou a grande exploração agrícola - as sesmarias tinham em geral grande extensão [...]" (ANDRADE, 1993, p. 31).

A relação de trabalhador e capitalista na colônia poderia levar a ampliação do número de capitalistas, pois o produto a ser dividido proporcionava ao trabalhador uma parcela elevada (MARX, 1971), mas este não era o objetivo dos capitalistas, por isso, na colônia lusitana do Brasil tivemos uma predominância da atividade escravista.

A “Colonização sistemática” foi a ação de fixar preço artificial sobre as terras obrigaria aos imigrantes - e agora falamos sobre aqueles que vinham para a colônia, entre os séculos XVII e XVIII, como mão de obra livre, em menor número, mas já existiam - a trabalharem um período para obter o valor necessário, e assim, os “capitalistas” teriam maior período de acumulação, assim como, pelo fundo de terras existentes, e no caso do Brasil isso existe até os dias de hoje, o ciclo poderia ser alimentado por um tempo considerável, e, ainda, possibilitando um acúmulo de recursos por parte da Coroa. À Coroa cabia à manutenção do mercado de trabalho importando “pobres da Europa” (MARX, 1971, p.892).

O preço da terra imposto pelo estado deve naturalmente ser suficiente, isto é, tão alto “que impeça os trabalhadores de se tornarem independentes até chegarem outros que tomem seu lugar no mercado de trabalho”. Esse “preço suficiente da terra” não passa de um eufemismo para designar o dinheiro do resgate que o trabalhador paga ao capitalista pela permissão de abandonar o mercado de trabalho e ir cultivar a terra. (MARX, 1971, p.893).

Uma importante prática de acumulação primitiva⁷, este era o papel da colonização, uma conclusão sobre as palavras de Marx (1971). A colônia cumpriria seu papel, aquilo que fora teorizado sobre ela, se proporcionasse o acúmulo necessário para o capitalismo mercantil ser substituído pelo industrial, mas isso ocorria na Europa dos Ingleses do século XVII e XVIII, fundamentais parceiros comerciais da Coroa Portuguesa. Processo que seria levado à risca. Portanto as colônias são resumidamente um empreendimento Europeu, sobretudo de sua burguesia. Aqui nas “terras canarinhas”, portanto, temos um território objeto de ações de caráter externo, ou seja, pela metrópole lusitana, ou melhor, por aqueles que eram entendidos como representantes desta metrópole (PRADO JUNIOR, 1965).

Num primeiro momento a ocupação desta extensão do território português, lembrando-se da definição de Gottmann (2012) citada anteriormente, se dá pelas limitações impostas pelos fatores físicos, portanto era preciso fazer uso das baías, deltas e estuários dos rios para uma maior penetração, bem como de uma prática defensiva para futuros episódios em que o domínio sobre este território⁸ fosse ameaçado. Isso justifica em muito os três principais centros de povoamento dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, sendo eles Rio de Janeiro, Recife e Salvador.

As disputas existiram e, os franceses foram aqueles que mais se impuseram sobre a soberania portuguesa, com tentativas como a França Antártica no Rio de Janeiro (1555) e a França Equatorial no Maranhão (1612) (MONTEIRO, 2013), mas Portugal acabou, em todos os casos de tentativas de tomada do território, se sagrando vencedor (ANDRADE, 1993).

As formas de exploração do território foram se alterando no decorrer do tempo. Logo da instalação das primeiras feitorias da coroa na colônia, o escambo com os nativos era dominante. A extração de pau-brasil para a indústria da tinturaria era de grande volume (ANDRADE, 1993), mas se esgotaria rapidamente.

A produção de açúcar mascavo vem como um período marcante. Já destacamos o papel das cidades localizadas no litoral e seus portos, logo para este

⁷“(…)o modo capitalista de produção e de acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista, exigem, como condição existencial, o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador” [MARX, 1971, p.894].

⁸Marca disto é o grande número de fortes nas cidades litorâneas, sobretudo, aquelas que se encontram nas entranças do litoral.

período de produção agrícola, estas também serão fundamentais. A necessidade de escoamento é fator determinante na localização da produção, portanto temos as principais zonas de produção de açúcar localizadas nos litorais, sobretudo no Nordeste. As sesmarias já teriam sido distribuídas para pessoas de confiança da coroa e portadoras de recursos e a prática de aquisição de mão de obra de origem escrava já se tornará uma normal.

A demanda por terras agricultáveis fizera com que a fronteira se estendesse. "O desenvolvimento da atividade agrícola atuou como um complicador nas relações entre colonizadores e os indígenas" (MORAES, 2011, p.65).

O período é marcado pela figura dos senhores de engenho e suas práticas violentas. Período também marcado pelo extermínio de indígenas e por conflitos no interior da região nordestina (PUNTONI, 2002). O fato das terras das mais variadas denominações serem tomadas pelos sesmeiros obrigava os nativos a entrarem em conflito, seja em resistência a ocupação, seja em relação ao espaço que buscavam para se realocarem que em muitas vezes já era "território" de outra denominação, de outra "tribo" (PUNTONI, 2002).

A produção de cana de açúcar no nordeste era basicamente praticada nas regiões do litoral e na zona da mata, locais onde se encontravam o solo de massapê. Adentrar o território era uma prática ligada à necessidade de ampliação da área plantada ou então para substituir setores onde o solo já se encontrava esgotado. "Novas terras eram incorporadas ao cultivo à medida que se esgotava a fertilidade natural dos solos" (SZMRECSÁNYI, 1990, p 13).

Não só era uma prática de pequena incidência, quanto uma orientação por parte da coroa, assim como destaca Moraes:

Efetivar a posse da fachada litorânea atlântica parece ter sido uma diretriz básica da geopolítica lusitana. Isso transparece nas cartas de doação das capitanias, na proibição explícita de se fundarem núcleos distantes da costa. As entradas para o interior deveriam ser especificamente exploratórias e, mesmo assim, dependentes de autorização real. (MORAES, 2011, p.68).

Esta orientação esta intimamente ligada ao fato de que a coroa era fiel aos tratados com seus benfeitores, ou seja, somente aqueles que se dispusera a ocupar as terras da colônia poderiam fazer uso delas e nenhum outro faria tal o mesmo.

O sistema colonial entra em crise no século XVIII e, as fronteiras internas ao território passam por mudanças. A vinda da família real, século XIX, para suas novas instalações no Rio de Janeiro é um marco de grande importância para a história do Brasil, mas sobretudo para a geografia do território. A concentração de recursos que se dava no nordeste da colônia se direciona para o sudoeste. Um processo de desapropriação se desenvolve para o conforto da coroa. O sudoeste é a região que vai ganhar maior importância, primeiro pela mineração, segundo pela produção de café.

As modificações que ocorrem na agricultura da colônia também são atributos que marcam a movimentação da fronteira e os usos da terra. A utilização de tração animal, arados, bem como as novas tecnologias introduzidas nos engenhos, os engenhos a vapor, são somadores na necessidade de ocupação de novas terras. As ferrovias também chegavam à colônia. Andrade (1993) resume este movimento:

Estas inovações, a princípio modestas e lentas, iriam permitir, na segunda metade do século XIX, que se procurasse produzir variedades de cana na própria região [nordeste], aperfeiçoar os velhos engenhos, a fim de que produzissem um açúcar de melhor qualidade, capaz de competir com o das Antilhas, se expandisse a área agrícola, com a implantação de ferrovias, valorizando propriedades situadas a grande distância dos portos [...]. (ANDRADE, 1993, p.33).

As ferrovias são um importante instrumento que possibilitaram a mudança da morfologia da fronteira, bem como o avanço dos usos e da produção agrícola. Primeiro o açúcar, mas, principalmente o café, é o produto que corre sobre os trilhos. Mas antes de tratarmos especificamente da relação entre o produto café, a fronteira e a terra, alguns apontamentos sobre a mineração são necessários.

Já quando da chegada dos portugueses no século XVI o objetivo de encontrar produtos preciosos era seguido. Por isso,

a descoberta e a exploração de ouro nas terras brasileiras, na terceira centúria do processo colonial, constituíram importantes fatores para se compreender a formação do atual território do Brasil, pois as minas encontravam-se no *hinterland*, tendo por isso direcionado o fluxo colonizador para áreas mais distantes do litoral. (MORAES, 2011, p.114).

Assim como no ciclo da Borracha na Amazônia (CORREA, 2006), a região de exploração aurífera rapidamente ganha uma rede de cidades. Cidades que

demandavam por consumo. Estas demandas vão definir relações de comércio entre as regiões da colônia, no que podemos chamar de uma “protorede” que ligava os centros de consumo aos centros produtores⁹. Dentro deste contexto a fronteira interna vai se alterando em direção ao interior e as rotas comerciais também tem papel de uma integração do setor produtivo, com destaque para a pecuária na região sul.

A primeira década do século XIX é marcada pela chegada da família real ao Rio de Janeiro, fato que traz fortes impactos sobre as fronteiras internas da colônia e os usos da terra. Neste momento histórico o centro da coroa lusitana é a cidade fluminense e a ela são direcionadas as rotas e as riquezas geradas. Cabe destaque aos melhoramentos urbanos realizados na cidade para recepcionar a família real, melhoramentos que serviram como exemplo para as demais cidades e províncias do país e nisso temos um padrão de evolução dos centros urbanos definidos. Moraes (2011) destaca como a abertura dos portos e, a presença da família real proporciona impactos sobre a estrutura produtiva e a condição da fronteira interna:

Os negócios do Brasil passaram a ser geridos mais de perto e de forma mais minuciosa. A expansão territorial e a legitimação da soberania praticada prosseguiram. Ao lado da pecuária, da produção açucareira e do cultivo da mandioca e do milho, a lavoura do algodão começava a adquirir maior destaque na estrutura produtiva brasileira da época. (MORAES, 2011, p.115).

O território efetivamente usado pela colonização dos portugueses não condizia com o território da ambição dos lusitanos. O fundo territorial sempre foi muito superior à capacidade de produção e manejo das terras. Sobre este fundo territorial se praticava uma agricultura rudimentar que demandava um avanço sobre novas áreas, pois o solo era rapidamente esgotado pela falta de técnica de manejo (SILVA, 1997). Portanto, podemos afirmar que o atraso tecnológico foi responsável direto sobre o avanço da fronteira em direção ao interior em razão também de uma dificuldade de rearranjo das formas de produção. Este avanço traz consigo práticas de apropriação irregular destas terras por parte daqueles que tinham de alguma forma posses regularizadas pela coroa que, agora internalizada, necessita de equilibrar as finanças e gerar renda para adequação da produção colonial.

⁹Com destaque para a produção de carne que era transportada da região para a região das minas passando pelo estado de São Paulo, definindo uma rota que receberia em suas margens pequenos povoados que se tornariam cidades.

Durante a época colonial, desenvolveu-se uma outra forma de apropriação que aos poucos obteve o reconhecimento das autoridades. Essa nova forma, a posse, era mais adaptada à agricultura móvel, predatória e rudimentar que se praticava. Aos poucos, ela tornou-se a forma principal de apropriação territorial¹⁰ (SILVA, 1996, p.333).

Estas relações definem organizações regionais, práticas violentas que incidem sobre aqueles que não tinham força para defenderem suas terras, ou seja, “a posse das terras durava apenas até que forças mais poderosas os viessem expulsar” (SILVA, 1996, p.337). Entende-se também como resultado da análise deste período histórico que uma grande parte das terras devolutas do Brasil foram, literalmente, tomadas pelo setor privado com consentimento da coroa que estava submetida às ações das oligarquias regionais, principalmente no nordeste (ANDRADE, 1993).

A cafeicultura, que ganha força a partir de meados do século XIX, será o mais importante vetor de ocupação do território e, portanto, modelador da fronteira, alterando também o uso das terras e, sobretudo, definindo formas de apropriação dos espaços.

A lavoura do café, a partir da corte, se estabeleceu no vale do Paraíba, extravasando-se daí para o interior da província de São Paulo, avançando por décadas sobre as áreas de outras culturas ou de floresta atlântica (MORAES, 2011, p.116).

O período do café foi marcado também por inovações tecnológicas e pela substituição, no seu decorrer, da mão de obra escrava pelo trabalhador livre. A região do sudeste do Brasil viveu a experiência de um surto de urbanização, surto este que conta com um agente indutor e modernizador fundamental, a ferrovia (MORAES, 2011). O Estado, neste contexto, já republicano, tinha uma atuação direta sobre a ocupação das terras e a forma como isso se dava.

A ausência de uma política de apoio ao desenvolvimento da pequena propriedade e as condições sociais imperantes no campo, contribuíram para que, na prática, o Estado republicano excluísse da propriedade da terra uma parcela importante da população e assegurasse mão-de-obra barata e abundante para outra parcela da população (SILVA, 1996, p.337).

A concentração fundiária se mantinha. Concomitante a produção cafeeira, outras culturas faziam mover a fronteira interna e definiam usos e relações sobre a

¹⁰“Até hoje, sua importância como forma de aquisição de domínio é incontestável” (SILVA, 1997, p,2).

terra. São economias regionais de distintas magnitudes, com destaque para: a modernização da produção açucareira no nordeste, com instalação de usinas; a lavoura de algodão no sertão nordestino; ciclo do cacau no sul da Bahia; cultura de erva-mate no sul; economia da borracha na Amazônia (MORAES, 2011). Ainda sobre este contexto, Moraes (2011) também destaca que

a pecuária prosseguia por toda parte, adentrando nas áreas de frentes pioneiras e nos interstícios dos vários sistemas produtivos. A cada um desses produtos correspondiam espaços de produção e circulação (alguns bem dispersos e outros muito concentrados) e estruturas urbanas hierarquizadas em redes que demandavam os portos litorâneos (destino de qualquer mercadoria produzida para exportação) (MORAES, 2011, p117).

Avançando temporalmente observou-se e observa-se que a modernização da agropecuária brasileira conduzirá o território a novas dinâmicas de organização e produção. Novos conflitos pelo domínio das terras e o rompimento de novas fronteiras internas são resultantes da crescente importância deste setor na balança comercial do país. Os antigos conflitos entre indígenas e proprietárias de terras permanecem aquecidos pela não presença efetiva do Estado em alguns pontos do território. Nossas fronteiras internas são colocadas diante de processos de ruptura pelo avanço das demandas de produção e estamos observando um sobressalto das demandas em detrimento, por exemplo, da devastação da Floresta Amazônica e outros biomas.

CONSIDERAÇÕES

Esta incursão histórico-geográfica fundamenta a possibilidade de algumas considerações sobre a relação histórica entre Território, Terra e Fronteira na formação territorial do Brasil. Buscando justificar os objetivos deste texto alguns apontamentos serão apresentados a seguir.

O Estado é o responsável por manter a ordem do sistema, por manter o *capitalismo* a frente da organização social e conter os movimentos que vão contra tal ordem. Também cabe ao Estado manter a reprodução e a capacidade de acúmulo das classes subordinadas, pois é delas que saem os recursos para manutenção da ordem capitalista, seja pela exploração da sua força de trabalho ou por seu potencial de consumo. Segundo Gonçalves Neto (1997) é impossível ao Estado, à fuga das

ações do capital. Com isso cabe ao mesmo fazer uso das suas possibilidades para “o realizar” da lógica produtiva. No setor agrícola esta lógica, no decorrer da história, demandou por ações diretas de fomento por parte do Estado. Portanto os planos e programas empregados¹¹ vão ao encontro com esta lógica.

No caso brasileiro, partindo agora para os setores que compõem a elite dominante, já vimos que a agricultura passou a ocupar posição subordinada, tanto no nível econômico como no das decisões, passando a liderança do processo ao setor urbano-industrial, ressalvadas as profundas fragmentações existentes não apenas no interior destes setores mas no conjunto das elites (GONÇALVES NETO, 1997, p.137).

A decisão de planejar o território é eminentemente política (NETO, 1997). Esta constatação leva ao entendimento de que os planos são resultados de interesses de grupos na forma de partidos e segmentos das sociedades. Já para Oliveira (1977), o planejamento não significa a presença de um Estado mediador. Planejar pode ser a presença de um Estado capturado pelas formas de reprodução do capital, formas essas que pregam a homogeneização ou a chamada integração nacional. Portanto planejamento não é uma forma neutra, mas sim uma forma que defende os interesses de seus idealizadores. Esta lógica se estabelece sobre o território nacional deste a época de sua tomada pelos portugueses, ou seja, um território totalmente a serviço do capital e de seus agentes.

Pela dimensão de território brasileiro, não só físico, mas também em suas culturas e regionalismo, o capitalismo não somente se aproveita de tais características regionais para sua reprodução, mas ele também as cria para seu próprio proveito. Portanto, uma “integração nacional” significa, pelos moldes do capital, uma “*entregação nacional*”, ou seja, abrir o Brasil e entrega-lo aos interesses e ações do capital via seus agentes e corporações.

O Estado como um braço da burguesia, no contexto da fronteira, não é nada mais do que aquele que legitima as ações do capital. Sua palavra de ordem é o planejamento. Para Oliveira (1977, p. 24) [...] “o planejamento num sistema

¹¹ Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965); Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966) [Paeg]; Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970); Metas e Bases para a Ação de Governo (1970-1973); I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974); II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).

capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital”.

Estado e planejamento, fronteira e terra, dois pares que nos colocam frente a uma infinidade de problemas e problemáticas que envolvem uma série de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que variam no tempo e no espaço. O atual momento da combinação destes fatores se configura num quadro de profundos conflitos nas fronteiras internas deste país e, analisar o passado é fundamental e necessário para se entender o presente e projetar o futuro. O principal problema é que esta entidade conhecida como “Estado” nada mais é do que uma organização composta por indivíduos e agentes que, em sua grande maioria, servem ao capital, ou mesmo, são o próprio capital.

O viés histórico da análise científica, sobretudo na ciência geográfica, nos apresenta as bases do entendimento sobre os processos atuais que produzem e reproduzem nossas fronteiras internas. Os objetos, posicionados geograficamente, guardam registros do processo histórico de sua formação. O território nacional, as terras e as fronteiras internas deste país apresentam tais marcas do passado e “imprimem” novas marcas no presente. Entendê-las, mapeá-las e interpretá-las do ponto de vista da ciência geográfica, torna-se uma tarefa necessária para a construção de um conhecimento sobre estes processos e são bases para ações de planejamento e gestão territoriais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B de. **Terras tradicionalmente ocupadas**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.6, nº.1, mai/2004, PP. 09-32. Revista online.

ANDRADE, M. C. de. **O Nordeste e a Questão Regional**. Ática: São Paulo, 1993.

CORREA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

DELGADO, G. C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. Campinas: Unicamp-ICOM, 1982.

ELIAS, D. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V.13, nº2, nov. 2011, PP. 153-167.

FREDERICO, S. **As cidades do agronegócio na fronteira agrícola brasileira**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, nº.33, v.1, p.5-23, jan/jul. 2011.

GOTTMANN, J. **A evolução do conceito de território**. Campinas: Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, nº3, pp. 523-545. 2012.

HARVEY, D. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes – São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, A. C. R. **Geografia Histórica do Brasil; capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011. (Geografias e Adjacências).

MARX, C. **O capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro: O processo de produção do capital (vol.II). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1890] 1971.

MONTEIRO, C. A de F. **O Cristal e a chama: o sentimento do munda na comunicação geografia e na expressão artística nas grandes crises introdutórias às modernidades**. Dourados-MS: Editorada UFGD, 2013.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil (política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980)**. São Paulo, Hucitec, 1997.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777 – 1808)**. 6ª.ed. São Paulo: Hucitec, 1983.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 8ªed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

PUNTONI, P. **A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a Colonização do Sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo, Hucitec, Edusp, Fapesp, 2002.

SILVA, L. O. A **“Questão da Terra” e a Formação da Sociedade Nacional.** *In:* Terras Devolutas e Latifúndio. Efeitos da Lei de 1850. Editora Unicamp: Campinas, 1996

SZMRECSÁNYI, T. **Pequena História da Agricultura no Brasil:** do escravismo ao trabalho livre, estrutura agrária e relações de trabalho, para onde vai a agroindústria? São Paulo: Contexto, 1990.

Recebido em: 11/04/2015

Aceito para publicação em: 31/05/2015